

Fiscal sofre atentado em São Paulo

Depois de admitir envolvimento em esquema de corrupção e denunciar colegas, funcionário é baleado. Foi a terceira testemunha ferida

Yone Simidzu
Da equipe do Correio

São Paulo — Já são três as vítimas de atentados a bala supostamente ligados à máfia dos fiscais da prefeitura de São Paulo, que atua por meio de suas administrações regionais — espécie de subprefeituras. A última foi o fiscal Clóvis Feitosa de Araújo, de 54 anos, que levou um tiro no braço e no peito em um cruzamento na noite de domingo, a bordo de sua BMW preta. Na noite de sábado, o presidente do Sindicato dos Ambulantes Independentes, Afonso José da Silva, recebeu quatro tiros e está internado na Santa Casa de Misericórdia. Na mesma noite, a casa de uma das testemunhas da corrupção dos fiscais, a ambulante Ana Maria Gasper, que mora em Guarulhos, município vizinho a São Paulo, foi alvejada por vários tiros.

Clóvis Araújo é uma das testemunhas-chaves do caso da máfia dos fiscais. Ele e outro fiscal, Nilton Figueiredo da Silva, tiveram suas prisões temporárias decretadas no dia 26 de janeiro, sob acusação de concussão (uso do cargo público para obter vantagens) e formação de quadrilha. A detenção ocorreu na sequência da prisão do chefe dos fiscais em Pinheiros, Marco Antonio Zeppini.

Na polícia, ambos confirmaram o esquema de corrupção na administração regional da Penha e denunciaram supostos integrantes da máfia. Araújo está afastado de suas funções desde a sua detenção. Há 30 anos na prefeitura, ele ocupa o cargo de agente vistor, cujo salário varia de R\$ 1.056,41 a R\$ 1.458,41, entre o início e o final da carreira, já incluindo a produtividade do fiscal, mas podendo ser acrescidos de gratificações. De qualquer forma, dificilmente o fiscal

ganharia o bastante para possuir a BMW que dirigia na noite do atentado. Na polícia, ele disse ter comprado o carro do ex-administrador regional da Penha, Osvaldo Morgado, a quem deu um Mazda de entrada e pagou R\$ 25 mil.

ESQUEMA CONFIRMADO

Araújo contou que 18 fiscais da administração regional da Penha, na Zona Leste de São Paulo, tinham de entregar R\$ 2 mil por semana ao chefe do esquema. Segundo ele, os fiscais ficavam com a menor parte. O grosso era destinado ao supervisor. O fiscal disse acreditar que este talvez fizesse uma divisão do dinheiro com sua assessoria e com o vereador Vicente Viscome (PPB), que controla a regional.

Entre os supostos integrantes da máfia estariam, segundo os dois fis-

cais, o ex-administrador da regional da Penha Osvaldo Morgado, o assessor técnico Ivan Márcio Gitahy, conhecido como Coronel, e o oficial de gabinete Fernando Martins Capitão — os dois últimos indicados para o cargo por Viscome.

As administrações regionais têm como função organizar e fiscalizar a

ocupação urbana de vários bairros. Das 27 administrações regionais em São Paulo, 14 estão sob suspeita de envolvimento na máfia das propinas. Até ontem, haviam sido afastados 59 funcionários cujos nomes foram citados como participantes do es-

quema. Ivan Márcio Gitahy e Fernando Martins Capitão, que tinham cargos comissionados foram demitidos.

O Ministério Público suspeita da participação de cinco vereadores.

Um deles, Hanna Garib (PPB), foi apontado por Afonso como um dos maiores beneficiários do esquema. Segundo o líder dos camelôs, comerciantes do Brás teriam contribuído com R\$ 442 mil para a campanha de Garib a deputado estadual, cargo que irá ocupar a partir do dia 15 de março.

Garib disse que as acusações são falsas e está processando Afonso e o delegado Romeu Tuma Júnior, encarregado das investigações. O vereador afirma que seu advogado está sendo impedido de ter acesso ao material de acusação e que Afonso pode ter sido vítima de seus próprios companheiros.

QUEIMA DE ARQUIVO

“Embora possa não haver ligação entre os atentados, é visível que se trata de um processo de queima de arquivo, o que é característica do crime organizado”, comentou o vereador José Eduardo Cardozo (PT), que tenta convocar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o suposto envolvimento de vereadores no esquema de corrupção nas administrações regionais.

O promotor público José Carlos Blat, do Grupo de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e que acompanha as investigações nas regionais, acredita que o esquema de corrupção movimenta R\$ 30 milhões mensais. Segundo outro promotor do Gaeco, Gilberto Leme, há suspeitas de que os crimes sejam uma “medida profilática para dar exemplo a outras eventuais testemunhas que possam colaborar com o caso”.

O Ministério Público está pedindo auxílio à Secretaria de Segurança Pública para proteger as testemunhas. Ontem, a ambulante Ana Maria Gasques reiterou, em depoimento, as acusações contra o presidente da Associação dos Comerciantes do Brás, Wehbe Youssef Dawalibi, o Jô. Ela o acusa de participação em um esquema de corrupção que envolveria Hanna Garib. Também afirma que Dawalibi, armado, já ameaçou várias vezes os camelôs da região. Jô nega as acusações. Por meio de sua assessoria, ele desafiou a ambulante a provar as denúncias e afirmou ter registrado em delegacias 33 boletins de ocorrência com situação contrária: os ambulantes o ameaçando.

“É VISÍVEL QUE SE TRATA
DE UM PROCESSO DE
QUEIMA DE ARQUIVO, O
QUE É CARACTERÍSTICA
DO CRIME ORGANIZADO”

José Eduardo Cardozo,
vereador (PT-SP)